INSEGURANÇA ALIMENTAR, APESAR DA MAIOR PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Um grande problema mundial que foi acentuado com a pandemia refere-se ao aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Enquanto outros países podem sofrer com a escassez de alimentos; no caso do Brasil, o agravamento dessa situação está mais associado à perda de renda e à inflação.

AO FECHAR 2021, o Planeta completou dois anos vivendo sob o ambiente de uma pandemia. Infelizmente, esse flagelo já deixou diversas cicatrizes na sociedade. Uma delas é a fome: houve um significativo e generalizado aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar, independentemente do nível de severidade. Ao menos para a realidade brasileira, por trás desse cruel fenômeno, não há uma escassez na oferta de produtos alimentícios, mas uma forte contração na renda dos domicílios, acompanhada de uma intensa elevação dos preços dos alimentos. Com isso, não há qualquer divergência no fato de o Brasil ter sido o maior fornecedor de alimentos para o resto do mundo durante a pandemia e, ao mesmo tempo, testemunhar a deterioração do seu quadro de segurança alimentar.



SHUTTERSTOCK

FORTE CONTRAÇÃO DA RENDA

Com o objetivo de reduzir o espalhamento do vírus, diversos países, em intensidades distintas, tiveram que restringir a circulação de pessoas. Naturalmente, essa medida desaqueceu as atividades econômicas, principalmente aquelas associadas ao setor de serviços, que, por sua vez, são responsáveis pela manutenção da maior fração dos postos de trabalho em praticamente todas as nações. Dados esses obstáculos, as economias produziram menos e, consequentemente, geraram uma renda menor. Essa dinâmica fica evidente ao se observar a contração do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para todos os grupos de países em 2020. Mesmo com o crescimento projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2021, apenas as economias emergentes europeias e asiáticas devem ter encerrado o ano passado com um PIB *per capita* superior ao nível pré-pandemia.

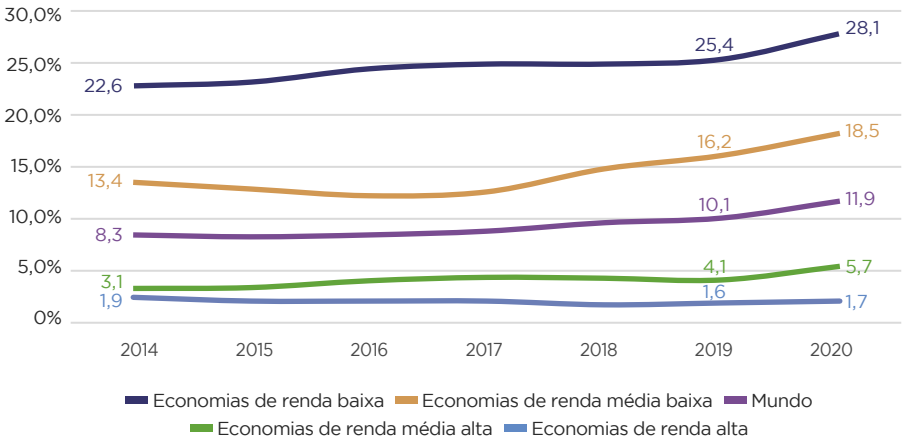
Certamente, o PIB *per capita* não representa toda a renda disponível para os domicílios, uma vez que outras fontes de recursos, como programas de transferência de renda, foram fortemente ampliadas em diversas economias. De qualquer forma, esse alívio deu-se de forma desproporcional entre os países, com uma menor intensidade entre as economias mais pobres, que, justamente, concentram a maior fração de pessoas expostas a problemas de segurança alimentar.

FORTE ELEVAÇÃO DAS COTAÇÕES DAS *COMMODITIES*

Quando as economias puderam voltar a funcionar com menor restrição de circulação, relevou-se um grande desequilíbrio: de um lado, a demanda por diversos produtos ganhou algum fôlego (inclusive impulsionada pelos programas de transferência de renda); de outro, o sistema produtivo teve de operar com importantes limitações e aumentos nos seus custos de produção. Desse descompasso entre demanda e oferta, as cotações de diversas *commodities* subiram fortemente. Por exemplo, em dólares, de acordo com o Banco Mundial, as *commodities* energéticas acumularam uma alta de 5,8% entre o período imediatamente anterior ao início da pandemia (dezembro de 2019) e novembro último. Já as *commodities* minerais e metálicas tiveram um aumento de 45,5% no mesmo período, bem como as *commodities* agrícolas (com 33,5%) e os fertilizantes (com uma elevação de impressionantes 151,3%).

Essa forte elevação nos preços das *commodities* explica uma parte importante da chamada inflação de alimentos, que, de acordo com o Food Price Index da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), acumulou uma alta de 32,0% entre dezembro de 2019 e novembro último. Na realidade, a situação é ainda mais adversa para as economias emergentes, pois suas moedas perderam valor frente ao dólar, tornando esses alimentos ainda mais caros nas moedas locais. Seguramente, essa combinação de contração de renda com elevação nos preços dos alimentos e perda do poder de compra das moedas locais responde pela fração majoritária da deterioração do quadro de segurança alimentar, notadamente nas economias menos desenvolvidas.

EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO (%) DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO SEVERA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR POR GRUPO DE PAÍSES



Fonte: FAO

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB *PER CAPITA* POR GRUPO DE PAÍSES
(% A.A., EM US$ DE 2017)

GRUPO DE PAÍSES	2020	2021	Acumulado em 2020/2021
ECONOMIAS AVANÇADAS	**-4,9**	**5,0**	**-0,1**
União Europeia	-6,1	4,9	-1,4
ECONOMIAS EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO	**-3,4**	**5,1**	**1,5**
Ásia	-1,7	6,4	4,6
Europa	-1,9	5,8	3,9
América Latina e Caribe	-8,2	5,5	-3,2
Oriente Médio e Ásia Central	-5,0	1,7	-3,4
África Subsaariana	-4,3	1,2	-3,2

Fonte: FMI


SHUTTERSTOCK

O BRASIL NÃO PASSOU ILESO POR ESSA CONJUNTURA

O quadro descrito anteriormente também vale para o Brasil. A pandemia levou a uma restrição na circulação de pessoas que desaqueceu a economia em 2020 e no primeiro semestre de 2021. Compensando a contração da renda gerada nesse período, governos de diversos níveis promoveram políticas de "sustentação de renda", seja para pessoas físicas ou jurídicas. Conforme as pessoas voltavam a circular e a economia retomava as suas atividades, mesmo que com obstáculos, o descompasso entre demanda e oferta também acelerou a inflação. No caso dos alimentos, entre dezembro de 2019 e novembro último, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esses produtos acumularam uma alta de 24,3%, também impulsionada pela desvalorização do real frente ao dólar (35,2% no mesmo período). A combinação entre a contração da renda e a elevação do preço dos alimentos também explica a deterioração do quadro de insegurança alimentar no Brasil. De acordo com o estudo "Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil", da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a proporção de domicílios em insegurança alimentar grave saltou de 5,8%, em 2018, para 9,0%, em 2020.

É fundamental ressaltar que, do lado da produção de alimentos, apesar da pandemia, no Brasil, a quantidade ofertada de alimentos se manteve acima do patamar pré-pandemia:

- De acordo com os números do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), já excluindo algodão, bem como café e cana-de-açúcar, que podem não ser considerados alimentos por algumas instituições, o Valor Bruto da Produção (VBP – já deflacionado pelo IGP-DI) registrou uma expansão anual de 17,0% em 2020 e de 10,0% em 2021.

- Com razão, uma parte do crescimento anterior pode ser explicada pela elevação dos preços dos produtos agrícolas não completamente captada pelo IGP-DI. Em uma tentativa de contornar essa limitação, é possível observar o volume da safra de grãos (ou seja, além de excluir os itens anteriores, também não conta com a produção de proteína animal). De acordo com os números da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), enquanto a safra de grãos 2018/19 foi de 242,3 milhões de toneladas, as safras 2019/20 e 2020/21 produziram, respectivamente, 252,6 milhões e 249,3 milhões de toneladas.

- Por fim, é importante destacar que, para os principais alimentos presentes na pauta exportadora do agro brasileiro, com exceção das proteínas de origem animal, o preço do mercado interno está associado ao preço de paridade de exportação, e não ao volume exportado ou importado.

Enfim, ao menos para a realidade brasileira, a deterioração do quadro de segurança alimentar está mais associada à perda de renda e à inflação de alimentos do que a uma escassez ou uma redução da produção do lado da oferta. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Agronegócio pela FGV EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br